



JOSÉ BELGA TRAD
ADVOCACIA

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) FEDERAL DA SUBSEÇÃO
JUDICIÁRIA DE CAMPO GRANDE-MS

JOSÉ BELGA ASSIS TRAD, brasileiro, advogado, casado, inscrito no CPF sob o n. 728.466.231-04 e no RG sob o n. 982 111 SSP/MS, FÁBIO MARTINS NERI BRANDÃO, brasileiro, advogado, solteiro, inscrito no CPF sob o n. 021.189.301-35 e no RG sob o n. 001478329 SSP/MS, ambos com endereço profissional na Avenida dos Estados, n. 119, Jardim dos Estados, Campo Grande-MS, CEP 79002-523, vem, perante Vossa Excelência, propor a presente **AÇÃO POPULAR** em face da UNIÃO, pessoa jurídica de direito público, e de **DAMARES ALVES DA SILVA**, brasileira, atualmente exercendo o cargo de Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, com endereço no Edifício Parque Cidade Corporate, torre A, 10º andar, Sala 1001D, SCS Quadra 09, Lote C - Asa Sul, Brasília/DF – CEP: 70.308-200, o que fazem alegando as considerações de fato e de direito que seguem abaixo:

1. INTRODUÇÃO

É público e notório que, na data de 01 de janeiro de 2019, tomou posse como Ministra de Estado da Família, Mulher e Direitos Humanos, a requerida DAMARES ALVES DA SILVA.

Desde então, uma série de atos incompatíveis com a moralidade administrativa, a ética e o decoro exigidos para o cargo, praticados pela requerida, foram revelados pela imprensa, a demonstrar a ofensa ao artigo 37 da Constituição Federal.



JOSÉ BELGA TRAD
ADVOCACIA

Abre-se um parêntese para destacar que recente decisão da Justiça Federal da Subseção Judiciária de Niterói-RJ, suspendendo liminarmente a nomeação e posse da então deputada Cristiane Brasil Francisco para o cargo de Ministra do Estado de Trabalho, ante a prática, por esta, de atos incompatíveis com a moralidade do cargo, foi confirmada pelo e. Tribunal Regional Federal da 2ª Região, nos autos do Agravo de Instrumento n. 0000132-35.2018.4.02.0000, abrindo-se, então, um precedente para o controle popular da nomeação, investidura e exercício do cargo de Ministro de Estado, por intermédio da ação prevista na Lei 4717/65.

Cumpre, portanto, aos autores populares a demonstração da flagrante nulidade e lesividade do exercício do cargo de Ministra do Estado, por quem demonstrou, lamentavelmente, não cumprir com preceitos éticos elementares para o exercício de tão importante cargo, impondo-se, dessa forma, a anulação da nomeação da requerida, à luz do art. 37, caput da CRFB/88, o art. 2º, c, d, e e, parágrafo único c, d e e, c/c art. 4º, I, da Lei 4.717/65.

2. DO DIREITO

A) Da Legitimidade Ativa

A presente ação popular foi proposta pelos cidadãos José Belga Assis Trad e Fábio Martins Neri Brandão, que estão em pleno gozo de seus direitos políticos. Conforme artigo 1º, §3º, da Lei n. 4.717/65, ambos estão legitimados para pleitear a anulação de ato lesivo ao patrimônio público, vejamos:

Art. 1º Qualquer cidadão será parte legítima para pleitear a anulação ou a declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos



JOSÉ BELGA TRAD
ADVOCACIA

Municípios, de entidades autárquicas, de sociedades de economia mista (Constituição, art. 141, § 38), de sociedades mútuas de seguro nas quais a União represente os segurados ausentes, de empresas públicas, de serviços sociais autônomos, de instituições ou fundações para cuja criação ou custeio o tesouro público haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, de empresas incorporadas ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios, e de quaisquer pessoas jurídicas ou entidades subvencionadas pelos cofres públicos.

[...]

§ 3º A prova da cidadania, para ingresso em juízo, será feita com o título eleitoral, ou com documento que a ele corresponda. (Brasil, 1965)

Desta forma, os autores são partes legítimas para propor a presente demanda, uma vez que tratam-se de cidadãos que visam anular ato lesivo à moralidade administrativa.

B) Da Legitimidade Passiva

Segundo o art. 6º da Lei 4.717/1965, os legitimados passivos são, in verbis:

“ Art. 6º A ação popular será proposta contra as pessoas públicas ou privadas e as entidades referidas no art. 1º, contra as autoridades, funcionários ou administradores que houverem autorizado, aprovado, ratificado ou praticado o ato impugnado, ou



JOSÉ BELGA TRAD
ADVOCACIA

que, por omissão, tiverem dado oportunidade à lesão, e contra os beneficiários diretos do mesmo.”

O que se entende é que os legitimados passivos são as pessoas que dão causa ao dano, a ilegalidade ou ilicitude dos atos praticados, os funcionários ou administradores que autorizaram, aprovaram, ratificaram, ou praticaram os atos acima aludidos e os beneficiários de tal ato. Faz-se mister ressaltar ainda a lição do Prof. Marcelo Novelino, vejamos:

“Em regra exige-se a presença, no pólo passivo, da pessoa jurídica de direito público a que pertence à autoridade que deflagrou o ato impugnado ou em cujo nome este foi praticado.” (Manual de Direito Constitucional/ Marcelo Novelino. – 8 ed., Método, 2013, p. 609).

Sendo assim, resta claro que a Ministra é parte legítima pra atuar no polo passivo desta ação, visto que a própria deu causa ao dano.

C) DOS ATOS INCOMPATÍVEIS COM A MORALIDADE

Em primeiro lugar, agride qualquer noção de honestidade alguém se apresentar em público anunciando títulos que não possui para impor autoridade sobre seus ouvintes.

Não é justo, não é digno, não é ético.

Foi o que aconteceu, entretanto, em palestra realizada no ano de 2013, nesta cidade de Campo Grande, quando a agora Ministra de Estado da Família, Mulher e Direitos Humanos declarou ser advogada, mestre em educação e em direito constitucional e direito da família.



JOSÉ BELGA TRAD
ADVOCACIA

Ocorre que, consoante divulgado pela imprensa, a requerida NÃO é mestre em educação, tampouco em direito constitucional e da família:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/sem-diploma-damares-ja-se-apresentou-como-mestre-em-educacao-e-direito.shtml>

Questionada, a requerida alegou que “diferentemente do mestre secular, que precisa ir a uma universidade para fazer mestrado, nas igrejas cristãs é chamado mestre todo aquele que é dedicado ao ensino bíblico”.

Ora, não foi esse o contexto da apresentação da requerida, que na oportunidade anunciava as suas atividades fora da igreja: “sou advogada, eu sou mestre em educação também, sou mestre em direito constitucional e direito da família, e trabalho há 14 anos no Congresso Nacional como assessoria jurídica da Frente Parlamentar Evangélica e Frente Parlamentar da Família e Apoio à Vida”.

Além dessa declaração mentirosa que já tornaria a requerida indigna do cargo, outros fatos comprometedores da sua honestidade foram divulgados.

Com efeito, enquanto Ministra de Estado da Família, a requerida é acusada de ter retirado uma criança indígena da sua família e do seu espaço referencial étnico, causando sofrimento à família da infante:



JOSÉ BELGA TRAD
ADVOCACIA



<https://epoca.globo.com/a-historia-de-lulu-kamayura-india-criada-como-filha-pela-ministra-damares-alves-23416132>

Como é sabido, o artigo 28, parágrafo sexto, do Estatuto da Criança e do Adolescente exige para a adoção de criança indígena:

I - que sejam consideradas e respeitadas sua identidade social e cultural, os seus costumes e tradições, bem como suas instituições, desde que não sejam incompatíveis com os direitos fundamentais reconhecidos por esta Lei e pela Constituição Federal;



JOSÉ BELGA TRAD
ADVOCACIA

II - que a colocação familiar ocorra prioritariamente no seio de sua comunidade ou junto a membros da mesma etnia;

III - a intervenção e oitiva de representantes do órgão federal responsável pela política indigenista, no caso de crianças e adolescentes indígenas, e de antropólogos, perante a equipe interprofissional ou multidisciplinar que irá acompanhar o caso.

Além disso, uma série de declarações mendazes da requerida foram divulgadas nos últimos dias, inclusive colocando o Brasil numa posição desconfortável no ambiente internacional.

Segundo a Ministra:

“Há um grupo de especialistas que começou lá na Holanda e já está influenciando que nós precisamos aprender a masturbar os nossos bebês a partir dos setes meses de idade. Na Holanda eles inclusive estão distribuindo uma cartilha para ensinar os pais como massagear sexualmente as suas crianças”.

Segundo matéria divulgada pelo UOL,

“Na Holanda, as reportagens foram recebidas com irritação ou incredulidade. "Muitas pessoas acham difícil acreditar que ela realmente falou isso, porque é tão absurdo", disse ao UOL a repórter holandesa Sandra Korstjens, autora dos textos que foram veiculados por duas publicações locais....” - Veja mais em <http://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2019/01/24/damares-vira-noticia-na-holanda-ao-dizer-que-pais-masturba-bebes.htm?cmpid=copiaecola>



JOSÉ BELGA TRAD
ADVOCACIA

"Não posso falar pelo país inteiro, mas acredito que esse tipo de declaração pode ser muito prejudicial para a imagem que as pessoas têm do Brasil", disse a jornalista.... - Veja mais em <http://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2019/01/24/damares-vira-noticia-na-holanda-ao-dizer-que-pais-masturba-bebes.htm?cmpid=copiaecola>

Também foram divulgadas pelo programa Fantástico do dia 10/02/2018, e na mesma matéria DESEMENTIDAS, as seguintes declarações da requerida (<https://www.revistaforum.com.br/ministra-damares-alves-e-desmentida-em-quadro-detetive-virtual-do-fantastico/>):

“Uma tarefa de casa, em português, era a seguinte: no final de semana, ela (a menina) tinha que dar um beijo em três meninos, um selinho, em três meninos, e um selinho em três meninas”.

“Tá chegando denúncia lá na Câmara e no Senado que tem muito hotel fazenda aqui no Brasil que é de fachada. É hotel para turista ir transar com animais aqui no Brasil”.

O princípio da moralidade exige que o agente público se comporte com consciência, seriedade e sobriedade na vida pública, não sendo este o caso da requerida, que vem demonstrando fazer da mentira uma forma de adquirir autoridade perante seus ouvintes, tornando-se, portanto, perigosa para o exercício do cargo de ministra da Família e Direitos Humanos, já que esse modo de agir de todo censurável pode vir a se tornar uma política de estado.

Dessa forma, as condutas reiteradas da requerida atentam contra o princípio da moralidade administrativa, em que o homem público tem que ser probo e zelar pelo direito e pelos princípios da administração pública. Assim prevê o artigo 37, caput da Constituição Federal, vejamos:



JOSÉ BELGA TRAD
ADVOCACIA

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Corroborando com esse entendimento o doutrinador Celso Antônio Bandeira de Mello, expõe sobre o princípio da moralidade administrativa, in verbis:

“ a Administração e seus agentes têm de atuar na conformidade de princípios éticos. Violá-los implicará violação do próprio Direito, configurando, ilicitude que a sujeita a conduta viciada a invalidação, porquanto tal princípio assumiu foros de pauta jurídica, na conformidade do art. 37 a Constituição.” (Curso de Direito Administrativo/ Celso Antônio Bandeira de Mello. – 29 ed., Malheiros Editores, 2012, p. 122).

A importância de se conceituar a moralidade administrativa cresceu, no Brasil, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que a incluiu expressamente como bem jurídico a ser protegido via Ação Popular (art. 5º, LXXIII) e elevou o princípio de mesmo nome à categoria de princípio constitucional de observância obrigatória para toda a administração pública direta e indireta de todos os Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Neste mesmo sentido leciona a professora Maria Sylvia Zanella Di Pietro, in verbis:

"O princípio da participação popular na gestão e no controle da Administração Pública é inerente à ideia de Estado Democrático de



JOSÉ BELGA TRAD
ADVOCACIA

Direito, referido no Preâmbulo da Constituição de 1988, proclamado em seu artigo 1º e reafirmado no parágrafo único, com a regra de que *"todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos, ou diretamente, nos termos desta Constituição"*; além disso, decorre implicitamente de várias normas consagradoras da participação popular em diversos setores da Administração Pública, em especial na parte referente à ordem social". (DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. São Paulo, Editora Atlas, 2005, p. 611).

Cumpra ainda ressaltar que o direito encontra guarida no plano da ética, referindo-se a toda problemática da conduta humana, subordinada a normas de caráter obrigatório. É o que diz o professor José Renato Nalini, senão vejamos:

"É estreita a vinculação entre a ética e o direito. Sempre que a moral de um povo decai, tem o legislador de acorrer, imediatamente, a consolidar a moral, transformando os deveres éticos em obrigações jurídicas e as proibições éticas em proibições jurídicas" (NALINI, José Renato. Ética do Advogado. São Paulo: LTr, 2000, p. 19).

Além do mais, como se sabe, a Ministra Damares Alves é advogada, estando portanto submetida ao Código de Ética e Disciplina da OAB, bem como ao Estatuto da Advocacia, ordenamentos jurídicos brasileiros que, dentre outras coisas, estabelecem os direitos e os deveres dos advogados.

A advocacia, enquanto atividade essencial à administração da Justiça, conforme preconizado no artigo 133 da Constituição Federal, seria de impossível



JOSÉ BELGA TRAD
ADVOCACIA

sobrevivência sem a ética, razão pela qual ganham relevância todas as questões que se relacionem direta ou indiretamente com o comportamento ético-disciplinar dos advogados.

Dito isto, insta salientar que a conduta da Ministra, além de agredir qualquer noção de honestidade, depondo contra princípios que norteiam a conduta humana na sociedade, como o princípio da lealdade e da verdade, viola o inciso II do artigo 2º do Código de Ética e Disciplina da OAB, que assim dispõe:

Art.2º O advogado, indispensável à administração da Justiça, é defensor do Estado Democrático de Direito, dos direitos humanos e garantias fundamentais, da cidadania, da moralidade, da Justiça e da paz social, cumprindo-lhe exercer o seu ministério em consonância com a sua elevada função pública e com os valores que lhe são inerentes.

Parágrafo único. São deveres do advogado:

II - atuar com destemor, independência, honestidade, decoro, veracidade, lealdade, dignidade e boa-fé;

Ademais, consta no site institucional do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos as suas funções e competências, compreendendo inclusive a sua estrutura organizacional, que corresponde a seguinte descrição:

"O Ministério dos Direitos Humanos é responsável pela articulação interministerial e intersetorial das políticas de promoção e proteção aos Direitos Humanos no Brasil. Sua atual estrutura tem origem nas antigas Secretarias Especiais da Presidência da República: a



JOSÉ BELGA TRAD
ADVOCACIA

Secretaria de Direitos Humanos (SDH), Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM) e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir)."

Assim, diante de tudo que fora minuciosamente apresentado nesta exordial acerca da conduta da Ministra Damaris Alves, sem dúvida as finalidades institucionais da referida pasta encontram-se em risco, na medida em que estão expostas a métodos manifestamente indecorosos, desleais e indignos.

3. DA TUTELA DE URGÊNCIA

O artigo 300 do Código de Processo Civil estabelece que a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ao resultado útil do processo.

Com efeito, é sabido ser assegurado a todos o exercício do contraditório e da ampla defesa, o que deverá ser assegurado à requerida, tanto nessa, como em qualquer outra ação, porém as sistemáticas declarações mentirosas da requerida exigem o seu pronto afastamento, na forma do artigo 300 do Código de Processo Civil, até para evitar que a mentira se torne uma política de Estado.

A concessão da medida liminar igualmente está prevista na Lei n.º 4.717/65, artigo 5º, parágrafo 4º, vejamos:

Art. 5º Conforme a origem do ato impugnado, é competente para conhecer da ação, processá-la e julgá-la o juiz que, de acordo com a organização judiciária de cada Estado, o for para as causas que interessem à União, ao Distrito Federal, ao Estado ou ao Município;



JOSÉ BELGA TRAD
ADVOCACIA

4º Na defesa do patrimônio público caberá a suspensão liminar do ato lesivo impugnado.

A relevância do fundamento invocado reside nos argumentos fáticos e jurídicos acima expostos, de que existe o bom direito ora vindicado, notadamente em face das violações às normas e aos princípios supramencionados.

O *periculum in mora*, por sua vez, está consubstanciado uma vez que a demora do processo causará lesão ao país, visto que a ministra nomeada demonstrou ser violadora contumaz do princípio da moralidade.

Requer-se a liminar para suspensão dos efeitos da posse, afastando-se a requerida Damares Alves da Silva do cargo de Ministra de Estado.

4. DOS PEDIDOS

Pelo exposto, requer a Vossa Excelência:

a) Que seja deferida a liminar, para suspender o ato lesivo, conforme art. 5º, § 4º, da Lei 4.717/65, em face de estarem demonstrados os requisitos do *periculum in mora* e o *fumus boni iuris*, afastando-se a requerida do cargo de Ministra de Estado.

b) a citação da ré, para, querendo, contestar a presente ação, no prazo legal, sob pena de aplicação dos efeitos da revelia;

c) a citação da União em separado, na forma do art. 6º, § 3º da Lei 4.717/65;



JOSÉ BELGA TRAD
ADVOCACIA

d) a intimação do representante do Ministério Público, conforme o parágrafo 4º do artigo 6º da lei 4717/65;

e) a procedência do pedido para decretar o afastamento em definitivo da requerida do cargo de Ministra de Estado;

f) a produção de todas as provas em direito admitidas, especialmente documental.

Dá-se à causa o valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) apenas para efeitos fiscais.

Termos em que,

Pede Deferimento.

Campo Grande - MS, 12 de fevereiro de 2019.

José Belga Assis Trad
OAB/MS 10.790

Fábio Martins Neri Brandão
OAB/MS 15.499